

A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA BILÍNGUE

Patrícia Batista Faria Gazale¹

RESUMO EM LIBRAS



RESUMO

O presente trabalho apresenta a construção e o desenvolvimento de uma escola bilíngue em Angra dos Reis, situada na região da Costa Verde, no município do Rio de Janeiro. O projeto constitui uma ação significativa, que envolve a participação de todos os envolvidos nos caminhos para a efetiva democratização do ensino público, incluindo a participação dos setores mais amplos, como pais, moradores, movimentos populares e sindicais. Pensar a escola e a construção de seu projeto requer o estabelecimento de fundamentos sobre os quais se assenta essa construção, definindo pressupostos filosóficos, sociais e educacionais. A prática social da Educação incorpora sempre projetos de mudança e precisa ter presente que o conjunto de ideias lhe dá fundamentos, e que mudanças de paradigmas são necessárias para concretizar o projeto. Na verdade, o como fazer está intimamente ligado ao porquê fazer, para quê fazer e para quem fazer. Essas relações

¹ Professora de Libras na Escola Municipal de Educação de Surdos – EMES (Angra dos Reis); especialista em Tradução em Interpretação em Libras. E-mail: pgazale4@gmail.com.

precisam ser estabelecidas e consideradas, porque, mesmo de forma implícita, elas existem e contribuem para corroborar valores e hábitos que se sedimentaram no curso da história.

Palavras-chaves: Bilinguismo. Educação bilíngue. Metodologia de ensino.

ABSTRACT

This work presents the construction and development of a bilingual school at Angra dos Reis, located in the Costa Verde region of the of Rio de Janeiro state. The project is a significant action, including the participation of all those involved in the paths to an effective democratization of public education, involving the participation of broader sectors such as parents, residents, popular movements and trade unions. Thinking about the school and building the project requires the establishment of foundations on which this construction is based, its philosophical, social and educational positions. The social practice of education always incorporates change and you need to keep in mind that the set of ideas gives you the fundamentals and paradigms necessary to realize the project. In fact, how to do it is intimately connected with what to do, and who to do it with. These relationships need to be established, considered, because, even implicitly, they exist and contribute to corroborate the values and habits that have settled down in the course of history.

Keywords: Bilingualism. Bilingual education. Teaching methodology.

INTRODUÇÃO

Em 1989, no governo de Neirobis Nagaie (prefeito de Angra dos Reis de 1989 a 1992), a professora Fátima Rosa recebe uma formação em deficiência auditiva durante todo o ano no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Nesse ano, o serviço de Educação Especial da SME (Secretaria Municipal de Educação estava sob a coordenação da professora Geísa Cavalcante.

A primeira turma do serviço, sob a regência da professora Fátima Rosa, composta de cinco alunos surdos, foi realizada em uma sala no Colégio Estadual Dr. Arthur Vargas (CEAV), em 1990. Eram alunos de diferentes idades e níveis de conhecimento, oriundos, na sua maioria, da Fundação Pestalozzi. Ministravam-se também aulas de Educação Física e Artes. A metodologia adotada era a da comunicação total (método que permitia a combinação de sinais, gestos, oralização, leitura orofacial, desenhos, linguagem escrita e alfabeto datilológico). Diante da dificuldade de comunicação entre alunos e escola/família, foi oferecido, pela Secretaria de Educação de Angra dos Reis (SME), semanalmente, em 1991, um curso de Língua de Sinais (Libras), para professores e pais, ministrado por instrutor surdo da Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS).

Em 1994, inicia-se o trabalho de Educação Precoce (com a professora Elaine Jaques) devido ao aumento do número de crianças surdas encaminhadas para a escola. Eram crianças com surdez congênita ou adquirida nos primeiros anos de vida. Os profissionais dessa área tinham assessoria do INES para melhor desenvolver a proposta pedagógica. Ingressa na equipe docente a professora Cristina Helena Lopes Ferreira.

Ainda em 1994, na tentativa de aprimorar a qualidade do serviço educacional para os alunos surdos, foi pensada a mudança do sistema seriado (de uma série em dois anos). Aulas de Educação Física e Artes também foram implantadas nesse ano.

Em 1995, passou a vigorar a proposta da rede regular de os alunos cursarem uma série em um ano, como acontecia nas demais escolas de ouvintes.

Nesse período, a escola continua a divulgar a proposta educacional e a conscientizar os responsáveis sobre o que é a surdez, como lidar com a pessoa surda e os direitos já adquiridos, por meio de eventos como o primeiro Torneio de Atletismo de Surdos e Ouvintes, promovido pelo Serviço de Educação Especial da Secretaria de Educação; o primeiro Encontro de Pais, Profissionais e Amigos do Surdo; o Encontro Surdez sem Barreiras, entre outras ações. Mensalmente ocorria o Programa de Orientação Familiar, realizado também por profissionais do Serviço de Educação Especial.

Essas iniciativas provocaram um aumento significativo do atendimento educacional para os surdos na Unidade Escolar.

O quadro de profissionais aumenta para atender essa clientela, que começa a sair de suas casas e a interagir com o mundo que a cerca. Os alunos passam a usufruir do atendimento das fonoaudiólogas Mônica e Hélida Peres, e o quadro de professores também aumenta com a chegada das professoras Marina Francisco e Maria do Carmo Chaves dos Santos para contribuir com maior qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

Discussões sobre a filosofia do Bilinguismo começam a fazer parte das reuniões entre os profissionais da escola, na busca de um ensino que atendesse as especificidades do aluno surdo.

O Bilinguismo como proposta para a educação de surdos surgiu na década de 1980. Essa linha teórica defende que o aprendizado da língua de sinais deve preceder o da língua oral, utilizada na comunidade à qual o surdo pertence. Nessa proposta entende-se a língua de sinais como língua materna para o sujeito surdo, devido a suas características, como a primazia visual, que compensa eficazmente a falta de comunicação, situação imposta pela deficiência auditiva. A língua de sinais é reconhecida como L1, ou primeira língua. Por serem as principais características das línguas oficiais, utilizadas pela grande maioria nas comunidades orais e auditivas, são entendidas nessa proposta como segundas línguas para o sujeito surdo, L2.

No ano de 2000, a professora Sueli Fonseca assume o Serviço de Educação Especial da SME. Passam a fazer parte da grade curricular do 2º segmento as disciplinas de Libras e Informática, mediadas por profissional surdo. Os professores contam, a partir de então, com monitores surdos (alunos que cursam o 2º segmento, com domínio da Libras, contratados pela APADA). Atividades culturais como jogral e da Cia de Teatro de Angra dos Reis consolidada, passaram a também fazer parte do projeto de Educação de Surdos. Aconteceu uma reestruturação da proposta de ensino através de ciclos. As classes de surdos, a partir de setembro de 2002, foram transferidas para um espaço maior, alugado pela PMAR (na Rua Cônegos Bitencourt, 116 – Casa Amarela), para melhor atender aos alunos. Em consequência, a equipe técnica é ampliada com uma psicóloga, uma assistente social e duas fonoaudiólogas (as quais participaram de curso de capacitação no INES). Nesse ano, especificamente, a professora Cristina Lopes Ferreira esteve à frente da

coordenação da Educação de Surdos. Em 10 de março de 2003, pelo decreto nº 2717 é criada oficialmente a Escola Municipal de Educação de Surdos (EMES), e a professora Cristina Helena Lopes Ferreira assume a direção geral, tendo como auxiliares as professoras Elaine Jaques Sotero, Fabiana Barbosa Louzada e Lucia Elena Sacramento Teixeira. A primeira turma de surdos concluiu o Ensino Fundamental. Em 2007, a escola se reorganiza para oferecer atendimento aos alunos surdocegos, alunos surdos com baixa visão e com possibilidade de cegueira, a maioria proveniente de casos de rubéola.

São realizadas assessorias nas áreas de Fonoaudiologia, Linguística e Surdocegueira para a toda a equipe de profissionais da Unidade Escolar, objetivando uma melhor qualidade do ensino na área da surdez. Preocupados com as dificuldades apresentadas pelos alunos em relação à aquisição da Língua Portuguesa (L2), o Projeto Político Pedagógico da EMES sofre outra reestruturação pela equipe pedagógica, dando ênfase à proposta bilíngue. É organizada uma metodologia própria para facilitar a aprendizagem da Língua Portuguesa, tendo como apoio a Libras, chamada “Letramento bilíngue e alfabetização em Língua Portuguesa para surdos”. Luciane Pires deixa o cargo de gerente da GEE (Gerência de Educação Especial)/SMECTI, que passa a ser ocupado por Adriana Menezes. Carla Cardoso passa a ser Coordenadora de Educação Especial e Mariângela de Almeida Lima continua como Subcoordenadora das Escolas Especiais. Dentro da escola é realizada a I FLEMES (Feira Literária da EMES), inspirada na Feira Literária de Parati. Os profissionais da U. E. recebem assessoria de Wilma Favorito (em Educação Bilíngue), de Lúcia Helena (em Alfabetização de surdos - L2) e de Shirley Maia (em Surdocegueira).

Em 2008, ingressam na Unidade Escolar, mediante concurso público, os seguintes profissionais: assistente social, psicólogos, fonoaudiólogos, intérpretes e instrutores de Libras, pedagogos e novos professores, montando uma equipe multidisciplinar. A Educação de Jovens e Adultos surdos é (re)estruturada e esse público passa a ser atendido pelo programa da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O Seminário Internacional de Educação de Surdos no INES foi mais uma oportunidade de mostrar o que estava sendo feito a respeito de uma educação de surdos voltada para a inclusão social. A Unidade Escolar apresentou o trabalho realizado com o

ensino da Língua Portuguesa, uma metodologia própria criada pela instituição para possibilitar ao sujeito surdo o acesso à sociedade letrada majoritária. Continua a assessoria de Shirley Maia.

Ainda em 2008 foram lançados cinco livros de atividades referentes à metodologia de ensino de L2, organizados pelas pedagogas Elaine Jaques Sotero e Melissa Barra Ferreira. Essa metodologia se refere à ampliação de vocabulário. De 2009 a 2014, o trabalho com a metodologia Letramento Bilíngue e Alfabetização em Língua Portuguesa para Surdos foi aplicada e acompanhada pela equipe técnico-pedagógica e diretiva, sendo avaliada e reavaliada anualmente, realizando-se as adaptações necessárias. Em 2009 essa metodologia foi apresentada também no Fórum Permanente de Linguagem Surdez e Educação, organizado pelo INES, a partir de onde foi divulgado amplamente para todo o Brasil. A EMES teve assessoria de Valdo Nóbrega (INES) sobre o ensino de L1 (Libras). Em 2014, houve continuidade da assessoria da professora doutora Rosana Prado, que apresentou e oportunizou vivências do Método de Ensino de Português Escrito para Surdos (MEPES) para professores e profissionais da EMES com representação da SECT/GEE.

Em 2015, dando continuidade à proposta de trabalho, inicia-se a aplicação do MEPES (Método de Ensino de Português Escrito para Surdos), com as turmas do primeiro segmento do Ensino Fundamental. Nesse mesmo ano, implanta-se o AEE de L1 (Libras) para o primeiro e segundo segmentos, no contra turno de aula dos alunos.

JUSTIFICATIVA

Por que uma proposta de educação bilíngue para surdos?

A trajetória da escola de surdos neste município vem sendo construída passo a passo em prol de uma educação de qualidade, baseando-se nos decretos/leis educacionais que por hora viabilizam este processo, do qual também faz parte o esforço necessário para que essa diferença seja reconhecida socialmente.

Nesse trajeto muitos foram os caminhos percorridos, e como é de conhecimento adquiriu-se o direito do uso de Libras como a língua natural dos surdos, contribuindo assim para a formação do indivíduo surdo.

O trabalho na EMES vem sendo realizado com o propósito de oferecer aos alunos as condições necessárias para que sejam reconhecidos como parte da sociedade e nela atuantes, desenvolvendo-se em todas as áreas, gerando melhores condições de atuação para o indivíduo surdo. Nesse contexto a escola vem avaliando e reavaliando seu fazer pedagógico; estudos e pesquisas são realizados sem medir esforços para alcançarmos nossos objetivos.

Nesse sentido, acreditamos que a educação bilíngue para surdos, com a língua de sinais como primeira língua e o Português como segunda língua é o que melhor atende a formação desses indivíduos e, conseqüentemente, contribui para sua inclusão social efetiva. Sabendo que muitas são as especificidades desses alunos, faz-se necessário refletir sobre a estrutura de um trabalho face ao que a legislação apresenta e também aos anseios da comunidade surda de Angra dos Reis e do Brasil como um todo.

A educação bilíngue, hoje, vem ao encontro do que a comunidade escolar almeja enquanto proposta pedagógica. O que se pretende é oportunizar aos alunos surdos o acesso à Libras e ao Português, visando assim, ao equilíbrio na utilização dessas duas línguas e conseqüentemente à maior participação social dos mesmos. O ambiente que se pretende é o da diversidade, oportunizando aos alunos o convívio com os iguais/diferentes.

Sabemos que muitos são os desafios. No entanto, acreditamos e apostamos na educação bilíngue para o surdo.

Entendemos por educação bilíngue, segundo Quadros (1997), como uma proposta de ensino que objetiva tornar acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar. Considerando a língua de sinais como língua natural e partindo desse pressuposto para o ensino da língua escrita.

A língua de sinais é uma língua completa que pertence a uma comunidade linguisticamente minoritária (comunidade surda) e que permite por suas características viso espaciais, aproveitar o canal intacto (visual) de pessoas surdas para a formação de uma sólida base linguística, que será essencial para viabilizar o desenvolvimento desses indivíduos como um todo.

Se a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em

contato com pessoas que usam essa língua, então as pessoas surdas têm o direito de ser ensinadas em língua de sinais. (QUADROS, 1997)

A proposta bilíngue busca garantir esse direito já reconhecido por lei.

Segundo Quadros, há um dispositivo de aquisição da linguagem comum a todos os seres humanos que precisa ser acionado mediante a experiência linguística positiva, logo, a criança surda deve ter acesso à língua de sinais o mais precocemente possível, para acionar de forma natural esse dispositivo. A Língua Portuguesa não será a que acionará naturalmente o dispositivo, devido à falta de audição da criança. Essa criança até poderá vir a adquirir essa língua, mas nunca de forma natural e espontânea como ocorre com a Libras.

Skutnabb-kangas 1994 (apud QUADROS, 1997) afirma que o nível ótimo de bilinguismo deve ser o objetivo educacional para todas as crianças surdas. Suas razões para este argumento provêm de análises sobre os direitos humanos linguísticos. Tais direitos devem garantir:

- Que todos os seres humanos têm direito de se identificar com uma língua natural, de serem aceitos e respeitados por isso;
- Que todos têm o direito de aprender a língua natural completamente, nas suas formas oral (quando fisiologicamente possível) e escrita (pressupondo que a minoria linguística seja educada na sua língua natural);
- Que todos tenham direito de usar sua língua natural em todas as situações oficiais, inclusive na escola;
- Que qualquer mudança que ocorra na língua natural seja voluntária e nunca imposta.

Em se tratando das crianças surdas brasileiras, usuárias de uma língua natural, oficial, pertencentes a uma minoria linguística deve ser garantido o direito de serem bilíngues, isto é, o direito de terem acesso à sua língua natural e à língua majoritária oficial do país onde vive. Somente assim haverá o delineamento de uma proposta bilíngue.

Uma proposta bilíngue deve considerar a situação de origem de cada criança surda que chega à escola. Tomando como base

o fato da maioria dessas crianças ser filha de pais ouvintes, o que se confirma em nossa Unidade escolar, a presença de adultos surdos apresenta grandes vantagens dentro de uma proposta bilíngue. O contato com o adulto surdo vai possibilitar a aquisição de sua língua natural com um ambiente próprio para desenvolver a linguagem e o pensamento da criança surda. Assim sendo, torna-se imprescindível ter dentro da escola, professores, monitores e instrutores surdos adultos usuários e fluentes no uso da Libras.

Caso não haja uma aquisição satisfatória da L1 pela criança surda, essa não terá chances de apresentar um domínio razoável da Língua Portuguesa. Vale ressaltar que o domínio da língua natural, apesar de essencial, não garante o acesso a uma segunda língua. “Na verdade, o domínio da L1 apesar de ser pressuposto para o ensino de L2, não parece ser suficiente para que o processo de aquisição da L2 se concretize” (QUADROS, 1997, p. 30).

Embora as pesquisas tenham avançado consideravelmente na direção de uma educação para a autonomia e para a valorização da língua e da cultura surda, as práticas escolares ainda são um desafio para a maioria dos profissionais que atuam com estes alunos. Estruturar aulas e dinâmicas escolares que atendam à necessidade de duas línguas quando os alunos chegam à escola sem sequer dominar uma delas é extremamente complicado.

Na maioria das vezes, as escolas recebem alunos surdos ainda sem uma primeira língua que lhes sirva de suporte de pensamento. Dessa maneira, a escola se vê responsável pelo processo de aquisição de uma primeira língua como suporte de pensamento e ao mesmo tempo de uma segunda língua por meio da qual ela deverá registrar os conhecimentos e conteúdos do currículo escolar.

Assim, faz-se necessário refletir sobre acessibilidade quando esta se refere a uma língua em contexto escolar. Considerando que toda língua constitui e é constituída por uma cultura, deve-se pensar que tanto a língua de sinais quanto a Língua Portuguesa se constituem a partir de universos culturais próprios e diferenciados. Então, pensar uma educação bilíngue para surdos implica necessariamente em considerar um ambiente escolar bicultural.

Uma proposta puramente bilíngue não é viável.
Uma proposta educacional, além de ser bilíngue,

deve ser bicultural para permitir o acesso rápido e natural da criança surda à comunidade ouvinte e para fazer com que ela se reconheça como parte de uma comunidade surda. Isso somente será possível quando os educadores e surdos trabalhem juntos. (QUADROS, 2008, p. 28)

Porém, de acordo com Quadros (2008) é importante alertar para o fato de que, apesar de ser essencialmente importante, o domínio da língua de sinais não garante o acesso a uma segunda língua. Mesmo o domínio de uma primeira língua (L1) sendo necessário e imprescindível para o aprendizado de uma segunda língua (L2), não parece ser suficiente para o aprendizado de L2. Faz-se necessário considerar que no caso dos surdos, a L2 é uma língua oral sobre a qual eles têm um impedimento sensorial para estabelecer significações de maneira espontânea.

A forma oral ou espacial são formas externas da língua. Os aspectos formais e do significado (aspectos do processamento linguístico) são internos, independentes de serem orais ou espaciais. Assim o objetivo é fazer com que as línguas externas sejam expressas mediante o amadurecimento das condições internas. (QUADROS, 2008, p.30)

Dessa maneira, a referida autora chama a atenção para a importância da centralidade do processo educativo no que se refere à aquisição de conceitos e ao desenvolvimento de um sistema semântico por meio do qual a forma seria melhor assimilada pelo surdo. Assim, ao pensar uma educação bilíngue para crianças surdas, entende-se que essas têm o direito de acesso a uma língua natural que lhes sirva para intermediação com o meio e lhes possibilite construções cognitivas significativas. Dessa maneira, ainda de acordo com Meireles (2010), pode-se considerar que o bilinguismo na educação de surdos vai além de uma perspectiva linguística e do desenvolvimento de habilidades em mais de uma língua, como acontece no caso de indivíduos ouvintes. Quando é feita referência a uma educação bilíngue para surdos, considera-se as dimensões pedagógica e política dessa educação, no sentido de que as crianças que usam uma língua diferente da língua oficial do país têm o direito de ser educadas na sua língua natural.

METODOLOGIA

No trabalho com os alunos surdos (com perda auditiva severa a profunda) a orientação pedagógica seguirá a proposta de educação bilíngue, na qual a L1 (primeira língua) é a Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a L2 (segunda língua) é a Língua Portuguesa na sua modalidade escrita. No caso dos alunos com perda auditiva leve a moderada matriculados em escolas regulares, o trabalho deverá ser desenvolvido na modalidade de linguagem em que ele é usuário. Todo trabalho é estritamente planejado e executado conforme a necessidade de cada aluno, sendo a estratégia lúdica um dos meios essenciais para promover seu sucesso.

JUSTIFICATIVA

A abordagem educacional por meio do bilinguismo visa a capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social: a língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte. As propostas educacionais dessa natureza começam a estruturar-se a partir do Decreto 5.626/05, que regulamentou a lei de Libras. Esse decreto prevê a organização de turmas bilíngues, constituídas por alunos surdos e ouvintes, onde as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa são utilizadas no mesmo espaço educacional. Também define que para os alunos com surdez a primeira língua é a Libras e a segunda é a Língua Portuguesa na modalidade escrita, além de orientar para a formação inicial e continuada de professores e para a formação de intérpretes para a tradução e a interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Contrariando o modelo de integração escolar, que concebe o aluno surdo a partir dos padrões dos ouvintes, desconsiderando a necessidade de serem feitas mudanças estruturais e pedagógicas nas escolas para romper com as barreiras que se interpõem entre esse aluno e o ensino, as propostas de atendimento a alunos surdos em escolas comuns devem respeitar a especificidade e a forma de aprender de cada um, não impondo condições à inclusão desse aluno no processo de ensino e aprendizagem.

O desafio frente à aprendizagem da Língua Portuguesa é uma questão escolar importante. A Língua Portuguesa é difícil

de ser assimilada pelo aluno com surdez. Segundo Perlin (1998, p.56), os *surdos não conseguem dominar os signos dos ouvintes, por exemplo, a epistemologia de uma palavra, sua leitura e sua escrita*. De fato, existem dificuldades reais da pessoa com surdez para adquirir a oralidade e a escrita, porém dizer que não é capaz de aprendê-la reduz totalmente a pessoa ao seu *déficit* e não considera a precariedade das práticas de ensino disponíveis para esse aprendizado. Há, pois, urgência de ações educacionais escolares que favoreçam o desenvolvimento e a aprendizagem escolar das pessoas com surdez.

A língua de sinais é, certamente, o principal meio de comunicação entre as pessoas surdas, contudo, o uso da língua de sinais nas escolas comuns e especiais, por si só, resolveria o problema da educação escolar desses alunos? Não seria necessário o domínio de outros saberes que lhes garantam, de fato, viver, produzir, tirar proveito dos bens existentes no mundo em que vivemos?

As práticas pedagógicas constituem o maior problema da escolarização das pessoas com surdez. Torna-se urgente, repensar essas práticas para que os alunos com surdez não acreditem que suas dificuldades para o domínio da leitura e da escrita sejam advindas dos limites que a surdez lhes impõe, mas principalmente pelas metodologias adotadas para ensiná-los.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

QUADROS, R. M. de. *Educação de surdos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 2008

MEIRELLES, R. M. do P. L. *Educação bilíngue de alunos surdos: experiências inclusivas na Escola Municipal Paulo Freire/Niterói/RJ*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal Fluminense, 2010.

PERLIN, G. T. T. Identidade surda. In: Skliar, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998, pp. 51-72.

